



PREVALÊNCIA DE ABATE DE VACAS PRENHES EM FRIGORÍFICO NO RIO GRANDE DO SUL

ALANA CAROLINA KRINDGES DE QUADROS; JULIANO ROMAN

RESUMO

O percentual de abate de fêmeas bovinas apresenta variação conforme o ciclo pecuário, sendo superior em anos de desvalorização do setor e inferior em períodos de valorização. Nesse sentido têm sido frequentes o destino de vacas prenhes para o abate, gerando um alerta de suas consequências a nível de bem-estar animal e impactos futuros na produção animal e indústria da carne. Objetivou-se nesse trabalho, realizar um levantamento do número de fêmeas bovinas prenhes abatidas em um frigorífico de bovinos de inspeção federal. Os dados foram obtidos através de registros de acompanhamento durante os abates nos meses de março e abril. As fêmeas representaram 39,4% do total de animais abatidos no período, com ocorrência de 1.247 prenhez, representando 19% do total de fêmeas abatidas. Do total de ocorrências de fêmeas bovinas prenhas, foram encontrados 85,9% de fetos em períodos gestacionais iniciais e 14,1% de fetos em períodos finais de gestação. Há necessidade de melhoria nos manejos reprodutivos nas propriedades, regulamentação de procedimentos de abate de vacas prenhes e conscientização dos produtores sobre os efeitos da prática para haver diminuição dessa casuística.

Palavras-chave: Bem-estar animal, Ciclo pecuário, Pecuária de Corte, Tecnologia de Carnes, Gestação bovina.

1 INTRODUÇÃO

A carne bovina é uma das principais proteínas presentes no prato da população brasileira, com uma disponibilidade per capita anual de 37 kg/habitante (ABIEC, 2023), ficando atrás apenas da carne de frango (ABPA, 2024). Segundo o IBGE (2024) foram abatidos um total de 9.048.190 cabeças em 2023.

Tradicionalmente, o rebanho bovino era abatido quando atingisse 42 a 48 meses de idade (3,5 a 4 anos), mas isso tem se modificado nos últimos anos, havendo redução na idade média de abate, através de um conjunto de técnicas que possibilita levar o novilho para o frigorífico com menos de 36 meses, apresentando peso de carcaça compatível com as necessidades mínimas de acabamento (Epagri, 2019). Embora sejam evidentes os avanços da implantação de boas práticas e sistemas mais tecnológicos nas produções pecuárias, existem algumas falhas que constantemente ainda são identificadas, entre elas, a destinação de fêmeas bovinas gestantes ao abate.

Conforme o RIISPOA (2017), não existe uma proibição ao abate de vacas prenhes, sendo apenas recomendado a não destinação e transporte para o abate. Entretanto, uma vez que uma fêmea prenhe chegue ao frigorífico, esta será abatida, salvo em casos de aborto no curral de espera, ou esteja em trabalho de parto, ou com realização do parto. Prezando por uma pecuária e produção eficiente e responsável, é necessário que o produtor rural e indústria frigorífica tenha comprometimento com questões de sanidade e bem-estar animal, buscando adotar práticas de manejo adequadas, iniciadas na criação até a destinação dos animais ao abate. Ressaltando-se também, a necessidade de implantação de legislações e penalidades mais

rigorosas, quando realizada a prática de destinação e abate de fêmeas prenhes.

O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento da casuística de fêmeas prenhes abatidas em uma planta frigorífica sob responsabilidade de fiscalização do Sistema de Inspeção Federal (SIF), no município de Santa Maria, no período de março a abril de 2024, abordando os principais fatores que levam a essa prática e os efeitos e impactos na produção animal e indústria da carne

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o levantamento de dados foram avaliados o número total de animais abatidos e o registro de vacas prenhes abatidas nos meses de março e abril de 2024. Os lotes de fêmeas e machos eram abatidos separadamente. Durante o abate de fêmeas, no momento da abertura da cavidade abdominal, era realizada a retirada do útero e destinação desse para um local específico na linha de inspeção, que possuía um auxiliar de inspeção específico para realização da avaliação, palpação e visualização da estrutura. Neste momento o colaborador observava se era um útero grávidico, e então classificava os fetos em “pequenos” e “grandes”.

A classificação do tamanho dos fetos baseava-se na ausência ou presença de pelos nos fetos. Os fetos pequenos representavam aqueles sem presença de pelos (Figura 1A), enquanto que os fetos grandes representavam aquele em que já havia a formação de pelos (Figura 1B). A pelagem completa dos fetos ocorre no terço final de gestação (Grunert & Birgel, 1989).

Figura 1: Fetos em períodos gestacionais iniciais (A), sem presença de pelos, e fetos em períodos gestacionais finais (B), com presença de pelos.



Fonte: Alana Quadros, 2024.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

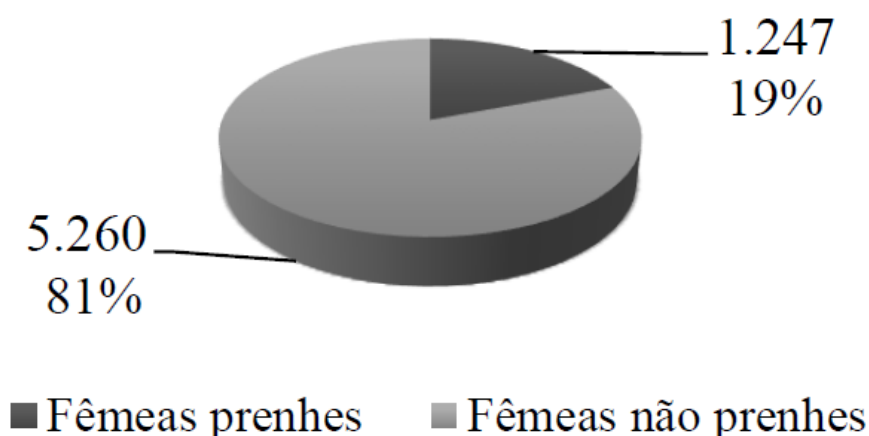
Nos meses de março a abril foram abatidos 16.517 bovinos, sendo 10.009 machos e 6.507 fêmeas. As fêmeas representaram 39,4% do total de animais abatidos nos meses de março e abril. Segundo Ferreira et al. (2009), os meses de março e abril representam um momento de início da redução de oferta das pastagens, e consequentemente atrelados a isso, descarte de vacas que não tenham emprenhado durante a estação reprodutiva, propiciando uma maior disponibilidade de forrageiras as outras categorias que permanecem na propriedade, correspondendo com o período e números de fêmeas destinadas ao abate durante a realização deste estudo. Nos últimos anos o abate de fêmeas bovinas no Brasil variou entre 40 a 50% (ANUALPEC, 2018; IBGE, 2024), sendo este percentual alterado de acordo com os estados da federação e impulsionado em momentos de crise econômica do setor. O cenário atual da pecuária brasileira retrata um maior percentual de animais de cria destinados ao descarte diante do desfavorável valor dos terneiros, ou seja, uma fase de baixa do ciclo pecuário.

Com relação a participação de fêmeas prenhas abatidas, foram verificadas 1.247

ocorrências, representando 19% (Figura 2). A ocorrência de fêmeas prenhes no abate gera muitos questionamentos quanto as razões da realização dessa prática. Legislações brandas, crises no ciclo pecuário, erros de manejo na propriedade, não realização de acompanhamento reprodutivo e estratégias do produtor rural são os principais motivos.

De acordo com o RIISPOA (2017), conforme legislação publicada em 1952, o abate de fêmeas em estado gestacional adiantado (6 meses ou 55 cm de comprimento) deveria ser evitado, e ao serem abatidas seria permitido somente o aproveitamento condicional pelo frigorífico da carcaça, sendo destinado a graxaria (condenado) ou carne enlatada. A aplicação dessa legislação trazia uma maior preocupação para com os produtores e frigorífico ao enviarem e abaterem fêmeas que poderiam estar prenhes, gerando uma redução da casuística. Entretanto, essa legislação foi revogada, e atualmente não há legislações que impeçam ou punam de forma agravante a prática do abate de fêmeas prenhes em terços finais de gestação. Dessa forma, no Brasil se torna comum a destinação de fêmeas prenhes para o abate sem diagnósticos gestacionais prévios, visto uma menor preocupação do produtor e frigorífico de destinar e abater esses animais (Sornas et al., 2014).

Figura 2- Participação de fêmeas bovinas prenhes abatidas no período de março a abril de 2024 em frigorífico da região central do Rio Grande do Sul.



Fonte: Alana Quadros, 2024.

Individualmente ou de forma concomitante, a ocorrência de falhas na propriedade e consequente manejo ineficazes dos rebanhos, representam causas que também poderiam justificar uma destinação inconsequente de fêmeas prenhes junto a fêmeas de descarte. Associado a baixa qualificação da mão de obra e instalações inadequadas nas propriedades rurais, destaca-se a não realização de manejos reprodutivos por profissionais capacitados. Essas práticas dificultam uma identificação mais precisa de fêmeas vazias ou prenhes, levando ao não diagnóstico ou diagnóstico errôneo de vacas gestantes (De Castro et al., 2018), resultando no encaminhamento destes animais ao abate, por vezes, sem que os pecuaristas saibam que estão prenhes. Além disso, procurando obter uma rápida recuperação e um maior ganho de peso, o produtor costuma acasalar as fêmeas de descarte em meses que antecedem o abate, buscando a não-ocorrência do cio, visto que durante o período de cio as fêmeas mudam o comportamento diminuindo o consumo de alimento e se movimentando mais na busca do acasalamento (Grassi et al., 1991)

Do total de ocorrências de fêmeas bovinas prenhas, foram encontrados 85,9% de fetos em períodos gestacionais iniciais e 14,1% de fetos em períodos finais de gestação (Tabela 1).

Tabela 1: Número de fetos pequenos e grandes em fêmeas prenhas abatidas nos meses de março e abril em frigorífico da região central do Rio Grande do Sul.

Classificação	Março	Abril	Total	Participação (%)
Fetos Pequenos	609	462	1.071	85,9%/
Fetos Grandes	59	117	176	14,1%
Total	668	579	1.247	100%

Fonte: Alana Quadros, 2024.

No que diz respeito aos fetos, há poucos estudos detalhando seu possível sofrimento durante o processo de abate. Evidências sugerem que fetos mamíferos são insensíveis e inconscientes durante a maior parte da gestação, até aproximadamente o momento do nascimento, quando começam a desenvolver um estado de consciência gradualmente (AVMA, 2013). Recomendações da OIE (2016) indicam que o feto não deve ser removido do útero antes de 5 minutos após a sangria da fêmea para evitar a possibilidade de recuperação da consciência. Embora se assuma que o feto não sinta dor durante o abate da mãe, questões éticas, morais e econômicas são levantadas. Economicamente, a perda de um feto próximo ao nascimento representa uma falha considerável, já que esse animal poderia ser útil para reposição e renovação do rebanho.

4 CONCLUSÃO

A destinação de vacas prenhas para o abate é uma prática imprudente, que retrata uma grande parte da pecuária nacional, com manejos tradicionalmente inadequados. No presente estudo foi possível identificar que a prática tem se mantido, sem cuidados para evitar sua ocorrência. A realização de estudos e pesquisas em políticas públicas, manejos e acompanhamentos reprodutivos, legislações e penalidades mais rigorosas representam algumas medidas que poderiam reduzir o crescimento dessa prática para que essa prática seja evitada da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS

ABIEC- Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne. Beef Report 2023 - Perfil da Pecuária no Brasil. Disponível em: <<https://www.abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2023>>. Acesso em 10 jun 24.

ABPA- Associação Brasileira de Proteína Animal. Estatísticas setoriais – Produção e exportação de carne de frango. Disponível em: <<https://abpa-br.org/estatisticas-setoriais/>> Acesso em 10 jun 24.

ANUALPEC: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: Instituto FNJ Consultoria & Comércio, 2013. Acesso em: 18 jun. 24

AVMA- AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. AVMA Guidelines for the Euthanasia of Animals: 2013 Edition; Page 71. 2013. Disponível em: https://www.in.gov/boah/files/AVMA_Euthanasia_Guidelines.pdf. Acesso em 25 de abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017.** Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Disponível: <https://wp.ufpel.edu.br/inspleite/files/2020/10/RIISPOA-ALTERADO-EATUALIZADO->

2020.pdf. Acesso: 18. jul. 2024.

CONCEIÇÃO, V. G. D., GARCIA, J. A. B., SARTOTI, D. B. S., et.al. (2021). Prenhez ao abate em fêmeas bovinas de descarte. doi: 10.33448/rsd-v10i14.22183. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356082817_Prenhez_ao_abate_em_femeas_bovinas_de_descarte. Acesso em: 18 jun. 24.

COSTA, M. J. R. P.; SANT'ANNA, A. C. (org.). Bem-estar animal como valor agregado nas cadeias produtivas de carnes. Jaboticabal: Funep, 2016. E-book. Disponível em: <https://certifiedhumanebrasil.org/wp-content/uploads/2018/12/Bem-estar-animal-como-valor-agregado.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DE CASTRO, F. C.; FERNANDES, H.; VERDE LEAL, C. L. Sistemas de manejo para maximização da eficiência reprodutiva em bovinos de corte nos trópicos. **Veterinária e Zootecnia**, Botucatu, v. 25, n. 1, p. 41–61, 2018. DOI: 10.35172/rvz. 2018.v25.226. Disponível em: <https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/226>. Acesso em: 13 mai. 2024.

EPAGRI. Produtores de carne investem na criação de novilhos precoces. 2019. Disponível em: < <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/09/10/produtores-de-carne-investem-na-criacao-de-novilhos-precoces/> >. Acesso em: 04 mai. 2024.

FERREIRA, J. J. et al.. Características de carcaça de vacas de descarte e novilhos mestiços Charolês × Nelore em confinamento sob diferentes frequências de alimentação. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 38, n. 10, p. 1974–1982, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbz/a/xmJCXVT398888YpcKdDFhyg/#ModalHowcite>. Acesso em 10 mai. 2024.

GRASSI, C.; LAURO MÜLLER. Efeito do manejo de vacas de descarte no desempenho e nas características da carcaça. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 26, n. 8, p. 1175–1181, 2024. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/3454/787>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GRUNERT, E.; BIRGEL, E. H. *Obstetrícia Veterinária*. Porto Alegre: Sulina, 1989

IBGE. Pesquisa Trimestral do Abate de Animais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html>. Acesso em: 22 abr. 2024.

OIE, WORLD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH. Terrestrial Animal Health Code, Chapter 7.5, Article 7.5.5. 2016. Disponível em: http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=chapitre_aw_slaughter.htm> Acesso em: 15 jun. 2024.

SORNAS, A. S., ROSSI Júnior, P., MOIZES, F. A. F. Impacto do abate de vacas prenhes sob parâmetros de carcaça e sua influência no resultado econômico. **Archives of Veterinary Science**, v.19, n. 4, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/665e/e3035d31f0e6bc1af250fb4aee6fc6c1035e.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.